

Um Texto e um Outro

Antonio Carlos Carrera de Souza^{*}, Alayde Maria Pinto Digiovanni^{**} e Carlos Roberto Vianna^{***}

Tudo se passa como se interdições, supressões, fronteiras e limites tivessem sido dispostos de modo a dominar, ao menos em parte, a grande proliferação do discurso. De modo a que sua riqueza fosse aliviada de sua parte mais perigosa e que sua desordem fosse organizada segundo figuras que esquivassem o mais incontrolável; tudo se passa como se tivessem querido apagar até as marcas de sua irrupção nos jogos do pensamento e da língua.

Michel Foucault (1996, p. 50)

Resumo: Este é um exercício de linguagem que se constitui como um movimento transversal à Educação Matemática e à História Oral. Abordam-se temas como “verdade”, “vontade de poder”, “vontade de saber”, argumentando pela impossibilidade de uma teoria sozinha, qualquer que seja ela, dar conta de explicar ou apontar verdades históricas encadeadas. Pretende-se a *desconcertação* do discurso histórico. Algumas noções deleuzianas são mobilizadas, de modo que a ideia de História toma a forma de uma História Oral nômade, sem fronteiras ou margens. Isso se dá contra certa ciência considerada régia, estatal, oficial e verdadeira. A partir das noções de rizomas e máquina de guerra nômades, discute-se a noção de acontecimento e acontecimento histórico. Citando e analisando, por dentro, nas vísceras, olhando entranhas nuas e

^{*} Professor da pós-graduação em Educação do IB/UNESP/RC – (Rio Claro/SP, Brasil). e-mail: carrera-souza@uol.com.br

^{**} Professora da Unicentro. E-mail: alayde_digiovanni@yahoo.com.br

^{***} Professor da pós-graduação em Ensino de Ciências e em Matemática (PPGECM) da UFPR. E-mail: carlos_r2v@yahoo.com.br

sangrentas das várias teorias, este artigo foi tecido como uma crítica à sociedade que inventou “origens” para tudo, obrigando a história dos homens ao longo exercício metafísico de negar sempre as evidências humanas, emotivas e sensuais.

Palavras-Chave: Educação Matemática, História Oral, Rizomas, Acontecimento histórico.

One text and another

Abstract: This is an exercise in language constituted as a lateral movement of mathematical education and oral history. It approaches topics such as "truth," "the will to power", "the will to knowledge", arguing about the impossibility of a theory, whatever it may be, to suffice in explaining historical truths. Some Deleuzian notions are mobilized, in such a way that the idea of history takes the form of nomadic oral history, without borders or margins. This happens against a certain science deemed as regal, estatal, official and true. Starting from the notions of rhizomes and nomadic war machine, the notions of event and historical event are discussed. Citing and analyzing, from the inside, looking into the naked and bloody guts of the diverse theories, this article was meant to criticize the society that invented the "origins" for everything, compelling the history of men throughout the metaphysical exercise in always denying the human, emotional and sensual evidences.

Key-words: mathematics education, oral history, rhizomes, historical event.

Introdução

É possível escrever o que penso? E se fosse gravado e escrito aquilo que eu dissesse? Cada interpretação dessa gravação e desse texto corresponderia a uma nova interpretação do que foi enunciado? Constituiriam, talvez, sucessivas perspectivas daquilo que foi falado, do que foi pensado, do que foi enunciado.

O movimento da enunciação é, desde sempre, um recorte daquilo que foi pensado? Ou aquilo que é enunciado, em algum momento, pode ser o pensamento em si? Alguém disse: um texto é uma enunciação em perspectiva. Existe aqui um interior e um exterior?

Se concordarmos, se dermos as mesmas respostas para as questões acima, nós - autores, vocês - leitores... Poderíamos concluir, felizes, que é possível a comunicação?

Vejamos o que é possível delinear como princípio: um *eu* e um *não-eu*, um *exterior* e um *interior*... são posições deixadas para trás, se concebermos os humanos como máquinas-desejantes¹. Esse princípio modifica as questões iniciais: a comunicação é necessária? Como posso dizer, a outro, algo que se passa comigo? Posso comunicar a outro o que sinto? O que desejo? Posso comunicar a outro, distante de mim, algo próximo a “uma experiência” que eu tenha sentido?

No que segue, este texto busca elaborar alguns percursos, transitar por algumas ideias, de modo a acionar uma rede dispersa de vasos comunicantes ou, ainda, estabelecer configurações que possam servir como pontos de passagem para infinitas outras que se dispersam continuamente, de acordo com os olhos, o desejo ou a razão...

Então, tentaremos provocar um entretecer de nossos si-mesmos que se pretendem autores, bem como leitores, num emaranhado conceitual que desterritorializa a disciplinarização². Seremos nômades,

¹ A expressão máquinas-desejantes é utilizada por Deleuze e Guattari em *O anti-Édipo – capitalismo e esquizofrenia* (1976). No capítulo 1, dizem: “o que há por toda parte são máquinas, e sem qualquer metáfora uma máquina-órgão está ligada a uma máquina de máquinas, com suas ligações e conexões. Uma máquina-órgão está ligada a uma máquina-origem: uma emite o fluxo que a outra corta.”. Sobre esta e outras citações no texto: em geral não serão indicadas as páginas de referência, as citações foram feitas de forma livre, seguindo a indicação nietszchniana de fazer ranger as palavras dos autores. Embora deixemos aos leitores a tarefa de buscar os textos originais, ressaltamos que os usos neste artigo são “nossos”.

² Neste texto apoiamo-nos em Deleuze e Guattari, quando discutem o significado do

lançando olhares oblíquos em torno às descontinuidades. Como nos sugere Foucault³: tentaremos olhar a história, buscando a irrupção de acontecimentos em seus jogos de sentidos.

Campo Magnético

Uma sensação em minha superfície maquinaica faz pressentir a proximidade de Outro-máquina. Essa sensação pode ser pensada como a ação de um campo de forças que permite circular percepções entre máquinas-desejantes, entre corpos sem órgãos. Vamos esboçar tentativas de descrição da comunicação nessas circunstâncias e começamos por indagar: seria possível pensar sem o corpo?⁴

Alguém pensando (sobre um texto?): *Estou prestes a percorrer a trilha de um bosque, quase um jardim. O percurso é solitário, é um caminhar em meio às árvores. Não se trata de um jardim comum, lembra-*

movimento, segundo a psicanálise (Freud-Lacan), na perspectiva do deslocamento da “representação” em relação ao “representado”. Segundo os autores, esse movimento deve estabelecer, para compreender o deslocamento, qual relação determina quando a “representação” ou o “representado” é tomado como limiar (portanto, fixo) e qual se desloca. Quando temos o deslocamento do representado, “não para de transpor o limite, se *desterritorializar*, de provocar a fuga de fluxos e de passar o limiar da representação”. Quando temos o deslocamento inverso, opera-se uma *reterritorialização*. (Deleuze e Guattari 1966, p. 326-335). Um exemplo para verificar o que dizem os autores é a movimentação do Capital no capitalismo moderno.

³ Michel Foucault trata da irrupção dos acontecimentos, particularmente, em *As palavras e as coisas*. Posteriormente, em *Arqueologia do saber* discute teoricamente os jogos de sentidos históricos que alteram o solo epistêmico de uma dada época ou cultura. A ideia de fratura, cisão, ruptura ou irrupção de determinado acontecimento indicaria as mudanças de solo epistêmico. Por exemplo, até finais do século XIX, não havia sentido em falar de Biologia como uma área do conhecimento, isso ocorre com a transformação da História Natural em Biologia, a partir dos parâmetros da teoria da evolução.

⁴ Conforme explicado na nota de rodapé 1, temos uma proposta de comunicação entre a “máquina de falar” e a “máquina de ouvir”. Ou seja, a comunicação depende dos fluxos e das conexões entre estas máquinas: “uma emite o fluxo que a outra corta”.

me aquele percorrido por Borges, o jardim de veredas que se bifurcam. Bifurcações que se dão, talvez no tempo, talvez no espaço; para cada uma delas uma escolha, um novo caminho que me leva a nova bifurcação; e assim sucessivamente... Borges propõe infinitos passeios que podem ser pelo jardim ou por uma biblioteca⁵. Na biblioteca, nos deparamos com labirintos e escadas insondáveis, com mistérios guardados nas prateleiras, com pó, teias de aranhas e novos caminhos que se bifurcam e escondem sentidos e significados que foram articulados (talvez não) por um autor que escreveu um texto esperando um leitor (mas ele chegará?). Que olhares diagnosticarão significados tecidos, esperados ou atribuídos? A leitura dos sujeitos da história aflora velhos significados? Ou é somente de velhos significados que afloram sujeitos da história? Os significados atribuídos a um texto, por um “fora” e um “dentro” deste, engendram subjetivações?

Quando pensamos em lançar olhares sobre a história, algumas relações materiais, circunstâncias que ajudaram a produzir nossa vida, podem nos conduzir ao caminho das metanarrativas. Vamo-nos desfazer de uma ilusão: não é possível constituir metanarrativas consistentes.

Para todos os efeitos, foram os, assim chamados, pós-modernos que estabeleceram uma espécie de contraprova da história contada desde uma perspectiva teleológica e fizeram ruir as bases de todas as propostas revolucionárias e filosofias que estabeleciam uma “continuidade” entre o passado, o contemporâneo, e o futuro. Essa perspectiva tem sido frequentemente anunciada como uma tese: a da falência das metanarrativas. É um preceito elementar da lógica formal que basta um contraexemplo para demolir uma tese, e, até o momento,

⁵ A questão central aqui será discutir os diferentes signos, significados e significantes em um dado texto. A origem do texto quanto à forma — científico, romance, poesia, ficção, etc. — não é fundamental. Gostaríamos de propor ao leitor que inventasse uma árvore de possibilidades a partir da bifurcação, pois temos aqui uma representação gráfica e matemática dos ramos (rizomas ou bulbos) de potências de 2, poderiam ser de bases maiores do que dois. As infinitas possibilidades são trabalhadas, por Borges, nos contos citados: “A biblioteca de Babel” e “O jardim de veredas que se bifurcam”.

não se construiu qualquer exemplo que possa contrastar com a hipótese da falência; ao contrário: todas as tentativas de construção de metanarrativas já foram largamente questionadas, dissolvidas, desconstruídas... Aos seus defensores, resta uma trincheira que tem sido largamente utilizada: a acusação aos pós-modernos de “conformismo”, de “acatamento da ideologia dominante”, etc. ... Estes defensores de algumas das metanarrativas até então formuladas não se percebem aprisionados nas próprias teias que teceram e, tal como na ilusão da prisão, acham que quem está “atrás das grades” é “o outro”.

A construção de metanarrativas é possível. Será sempre. O que se destrói é sua consistência, sua capacidade de articular continuamente o passado, o contemporâneo e o futuro. Para que possamos perceber, em parte, algumas das razões dessa inconsistência, é preciso que problematizemos os “pontos” que deveriam ser articulados: é possível conhecer o passado? O contemporâneo? O futuro?

Numa trajetória usual, chamada de “linear”, começa-se a questionar o “passado”, depois o “presente”... e o “futuro” fica para o final, como exercício que “decorre” das análises anteriores. Neste texto, vamos romper com essa linearidade, começando por questionar o “presente”, o “momento atual”, o contemporâneo.

Aquilo que acontece hoje pode ser entendido com uma “fratura”, um “ruído” em relação ao que está estabelecido e ao que pode vir a acontecer. Em que sentido podemos afirmar isso?

Diz-se que a história não consegue “ouvir o ruído e capturar a fratura”. É a partir dessa hipótese que Foucault desenha um certo percurso para o historiador: a arqueologia, a genealogia e a ética. Nesse contexto, nós nos colocamos na situação de defender que todo texto é uma enunciação em perspectiva e que essa enunciação se dá desde uma determinada fratura no solo epistemológico de uma época. Ou seja: devemos ouvir os ruídos das fraturas que estão ocorrendo, por baixo dos nossos conhecimentos e práticas, para entender o hoje.

Em não sendo possível nenhuma metanarrativa ou definição fixa, esse acréscimo da fratura, no campo epistemológico, resolve o problema de como vamos mudando os nossos *modos de ver, de sentir, de habitar* nos espaços contemporâneos: nos olhares esguios, em julgamentos morais mais amplos ou em situações como aquelas em que ocorre a banalização da violência, etc. Como conseguimos capturar esse momento de fratura? Embora não seja nossa intenção achar uma resposta, podemos entender que é possível mudar a visão e a perspectiva do olhar que já temos para um outro sentido de ver, organizando novos tipos de sujeitos, alcançando outras coisas à nossa volta.

Tentemos um exemplo: quando nascemos, já existiam os hospícios, os asilos psiquiátricos ou as casas de repouso. Já existiam presídio, escola, hospital e fábrica. E, ao indagarmos o motivo da existência dessas coisas, as explicações que recebemos procuram naturalizá-las. “O hospício tem que existir porque tem gente que fica louca. Onde vai pôr?”. Assim como: “Tem gente que rouba, que mata outras pessoas. Tem que pôr na prisão.” Dirigindo nosso olhar para essas “naturalidades”, podemos verificar as fraturas que estão ocorrendo naquele momento.

Na tela da TV, uma moça de cabelo simetricamente disposto e escovado transmite, em seu olhar, algo vazio, ao noticiar: o ataque de carro-bomba no Iraque, a ação dos terroristas islâmicos no Líbano, o novo caso amoroso de uma *top model*, o resultado do futebol e a ofensiva dos tanques israelenses. Afinal de contas, um telejornal normal! No espaço-tempo da memória, os corpos estraçalhados se misturam ao beijo da *top model* e à expulsão do jogador que colocou a mão na bola. As pessoas na sala de TV, em silêncio, agradecem por tudo estar normal e natural. Mas isso não é normal e nem é natural! Matar gente não é natural! Entretanto, reparar que essas coisas não são “aquilo com que devíamos contar” parece exigir a atenção para aspectos que, às vezes, não estavam sendo considerados, aos quais não se dava a mínima importância.

Então, assim entendemos a fabricação do texto histórico, a busca da atenção junto à diferença, aos silêncios, ao subsolo.

Conectividade

Outro alguém pensando (sobre o que ele pensa?): Que caminhos me levam a determinados campos? Como posso perceber aqueles signos? Uma ligação temporal ou espacial? A metáfora de Borges pode ser pensada como estabelecendo rizomas⁶ leitor/autor que atravessam uma entrada de tempo, ou de espaço, e um dado texto. Pensando assim, não me detenho: é possível entrar no texto e considerá-lo desmontável, modificável... até reversível.

A conectividade espaço/tempo criada pelo/no texto abre possibilidades e nos remete a multiplicidades onde jogos como o do interior/exterior, autor/leitor podem provocar um trabalho sobre fluxos:

⁶ O termo “rizomas” tem um significado botânico que foi aproveitado por Deleuze e Guattari em *Mil platôs*, volume 1, capítulo 1. No dicionário Houaiss, encontramos que os significados de rizoma podem ser: “**1.** Rubrica: morfologia botânica. caule subterrâneo e rico em reservas, comum em plantas vivazes, caracterizado pela presença de escamas e gemas, capaz de emitir ramos folíferos, floríferos e raízes. **2.** Derivação: por metáfora. base sólida que legitima ou autoriza alguma coisa; fundamento, raiz”. Já a conotação de Deleuze e Guattari é “Os bulbos, os tubérculos são rizomas... Até animais o são, sob sua forma de matilha; ratos são rizomas. As tocas o são, com todas as suas funções de habitar, de provisão, de deslocamento, de evasão e de ruptura... Um rizoma não deixaria de conectar cadeias semióticas, organização de poder, ocorrências que remeteriam às artes, às ciências, às lutas sociais... O ideal de um livro [rizoma] seria expor toda a coisa sobre um tal plano de exterioridade, sobre uma única página, sobre uma mesma paragem: acontecimentos vividos, determinações históricas, conceitos pensados, indivíduos, grupos e formações sociais... o rizoma opera sobre o desejo por impulsões exteriores e produtivas...diferentemente das árvores ou de suas raízes, o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza; ele põe em jogo regimes de signos muito diferentes, inclusive estados de não-signos... o rizoma é feito somente de linhas: linhas de segmentaridade, de estratificação, como dimensões, mas também linha de fuga, ou de desterritorialização como dimensão máxima segundo a qual, em seguindo-a, a multiplicidade se metamorfoseia, mudando a natureza”. Notamos uma aproximação interessante entre o significado que Houaiss propõe em segundo lugar e o conceito de Deleuze e Guattari. Mais ainda: notamos a aproximação entre a bifurcação no texto de Borges e o rizoma.

fluxos semióticos, fluxos materiais e fluxos sociais⁷. Nessa perspectiva, o texto conecta autores, leitores, o próprio texto e, nessa forma-rizoma, evoca infinitos significados atribuídos a determinados signos ou símbolos. Constrói-se, nesse caso, um texto máquina-de-guerra contra o texto imagem-do-mundo. Um texto cujo significado seria traçado enquanto percorrido por leitores.

Para ser um texto de História que tentasse captar o outro e a diferença, ele buscaria dar valor à apresentação do sujeito, integralmente. Como isso poderia ser feito? Admitamos que a reflexão seja a partir de um tema histórico, e que esse tema deva estar ligado à fratura do solo epistemológico, à mudança de pensamento naquele momento. Existem trabalhos que exploram esse tipo de questão, que têm uma questão histórica, muito bem determinada de partida; apresentam as fraturas, as fissuras e as diferenças entre o mesmo e o outro e, a partir dessas narrativas dos sujeitos, estudam a questão histórica. Em muitos casos, textos assim construídos apresentam uma análise com fundamentos em Sociologia ou Antropologia. Isso parece que é História. Mas não sabemos se há convicção quanto a isso, se isso seria aceito, por exemplo, por você, nosso leitor.

Essa falta de convicção mostra, talvez, que, enquanto esse tipo de texto não vier a se tornar comum, enquanto não pudermos constatar o estilhaçar das disciplinas, admitindo que elas, constitutivamente, não têm como dar conta dos fenômenos a serem observados, vamos criando, continuamente, máquinas de guerra nômades, como nos sugere Deleuze. O que isso significa? Significa que nos propomos a tomar um tema da história e a caminhar por um determinado campo epistemológico, delimitado por velhas ideias, e estabelecer análise a partir de uma perspectiva sociológica, psicanalítica, etc. Configurando que, para nós, a História não constitui um território, uma disciplina (o “um” e “uma” no sentido de unicidade). Mais que isso: não constitui, e não é desejável que venha a constituir-se!

⁷ Ver nota 1 sobre as máquinas desejantes e os fluxos.

Este caminhar errante determina a possibilidade de transformação dos espaços dos aparelhos de Estado em espaços nômades. Desse modo, falamos de uma história que desestabiliza aquela “história” ainda hegemônica, falamos de uma história que pode ser feita por aqueles que se disponham a ser farejadores de animais falantes de sangue quente⁸. Uma história que se constitui como busca de um sujeito, sua vida, seus acontecimentos, suas fraturas, mas que se distancia do desejo de poder dar unicidade a esse sujeito; ao contrário, falamos de uma história que busca captar esse sujeito na sua dispersão temporal. Nessa perspectiva, a oralidade é uma forma de olhar para o sujeito enquanto um texto a ser lido. Outra forma seria através dos estudos de arquivos, documentos e cultura.

Máquinas-desejantes, deliramos com o dia em que não tivermos mais fronteiras entre as disciplinas. Deixarão de fazer sentido: “O que você é?”; “Eu sou historiador”. “E você, o que é?” “Ah, eu sou matemático”. “Ah, você ...?”, “Antropólogo”... Então, quem somos nós, estes autores, para pensarmos sobre a História Oral? O que fazemos? Com que legitimidade orientamos pesquisas em História Oral e nos metemos com a Antropologia? Ou, ainda: o que fazemos é Antropologia, História ou Matemática? Não se tem essa pretensão, ou submissão: estamos construindo uma forma de pesquisar, de construir trabalhos que passem por tudo isso, que não respeitem as fronteiras. Optamos por um percurso nômade.

Nossa proposta é que possamos aumentar, cada vez mais, a invasão. Arrebeitar fronteiras epistemológicas impostas, como diria

⁸ A expressão “os homens [no sentido histórico] são animais farejadores de sangue quente, que falam”, é atribuída a Marc Bloch. Porém, a citação é um pouco mais longa e detalhada, afirma: “Por detrás dos traços sensíveis da paisagem, [dos utensílios ou das máquinas], por detrás dos documentos escritos aparentemente mais glaciais e das instituições aparentemente mais distanciadas dos que as elaboraram, são exactamente os homens que a história pretende apreender. Quem não conseguir será, quando muito e na melhor das hipóteses, um servente da erudição. O bom historiador, esse, assemelha-se ao monstro da lenda. Onde farejar carne humana é que está sua caça”. (Bloch, 2001, p. 88)

Deleuze, pelas “ciências régias”. cremos que aí, sim, teríamos “percursos científicos”, em vez das atuais disciplinas e metodologias de pesquisa. Nesse hic et nunc, a História Oral, “inocentemente”, constitui um “percurso científico” – embora ainda dependa do pesquisador, do tema de pesquisa e das vicissitudes da pesquisa efetuada – onde é possível a existência de “afrontamentos” ao já formatado. Mas, o “percurso científico” já traz consigo o “mapa” da investigação, ou seja: quando tratamos de Educação Matemática e História Oral, objetivamos ter como ponto de partida uma questão histórica do presente e percorrer os caminhos epistemológicos em que a questão central da pesquisa contiver possibilidades n-dimensionais: memória, tempo, espaço, sentimentos, fluxos, atualizações, territorializações, des-territorializações e agenciamentos maquínicos.

Não é nosso percurso aquele que adota os limites dados pelas fronteiras disciplinares. Nossa posição de pesquisador busca atrapalhar /embaralhar /transgredir fronteiras epistemológicas dadas pelas ciências oficiais, trabalhamos no limite da possibilidade de atravessar ou afrontar as fronteiras impostas... até que elas se acabem. Utopia? Não importa. O que nos move é a jornada, o encontro com as veredas, as bifurcações, a ausência de limites, quando se trata de responder a uma questão de ordem histórica.

Nada do dito até aqui é muito novo. Talvez centenário. O nomadismo vem desde as Considerações intempestivas, de Nietzsche, e passa por Deleuze e Guattari, que o alinhavaram em Mil platôs. Ali, é onde a ciência é nômade; isto porque ela não sabe qual e não pode controlar caminhos ou percursos, quando começa a estudar um fenômeno (por exemplo, a diversidade cultural). Este não é um movimento restrito a História ou a Educação Matemática, pois, por exemplo, pensando na psiquiatria, em suas organizações e reorganizações do saber, surge a necessidade de ter que recorrer a uma

série de outros conhecimentos para entender o sujeito/paciente, que pretendem dar conta do “todo” daquela pessoa⁹.

Esquecemos que, ao constituir fronteiras, criamos marginalizados. Algo como dizer que aquele que não faz pesquisa de acordo com o regulamentado e estipulado nos métodos “científicos” daquela área de pesquisa, não está dentro daquela fronteira epistemológica. A consequência é que os “cientistas daquela área” vão expulsando os hereges para as margens da “área científica”. E, por final, acabam relegando os que “não pensam igual a todos os normalizados” (e não seguem as metodologias estipuladas para aquela “área”) a lugares distantes das “suas regiões científicas”. Este é um processo político: “territórios”, “áreas”, “fronteiras” compõem o discurso geopolítico do “mundo científico”. Contra esta lógica, Marc Bloch e Lucien Febvre já se insurgiam, no início do século XX. Criar espaços de desterritorializações e reterritorializações é um dos nossos desafios utópicos¹⁰.

Supercondutividade

Colocando-nos em movimento, percebemos que o texto, a história, o diferente e a cultura podem ser tratados como percursos de ciência nômade numa terra sem fronteiras. Todas as ciências seriam assim, nômades. Mas por que imaginamos que os cientistas, a academia, tenderiam a não concordar com isso?

Seguindo os termos exatos de Bloch, ao comentar, na sua época, que a concepção de ciência era velha, sem nexos, sem pé, sem cabeça, que era absurda. Como acreditar que se dê dessa forma? Tanto mais que, fundamentando esta concepção, há uma definição de “verdade

⁹ O nomadismo tem sua teorização explícita com Deleuze e Guattari no *Tratado de Nomadologia*. Porém, a tradição do pensamento nômade tem como precursor F. Nietzsche e seus aforismos. Para verificar esta relação, indicamos a coletânea de artigos organizada por Daniel Lins (Lins, 2001).

¹⁰ Acreditamos que é possível estabelecer uma relação de troca muito profícua entre o movimento denominado História Nova e as questões postas por Foucault e Deleuze e Guattari. Isto se deve ao fato de que a História que os une tem como objetivo os homens e sua complexidade.

científica”. É verdade: a ciência oficial sustenta-se sobre algumas verdades preconcebidas, como dogmas aos quais se deve aderir como uma “fé científica”.

Vamos tomar um dogma da história tradicional. Talvez já nem haja mais quem acredite nele, mas vamos enunciá-lo: só se faz história de quem está morto. Suponhamos, agora, um pesquisador iniciante, um estudante de pós-graduação que vai trabalhar com o grupo científico que adota esse dogma. Esse iniciante teria que fazer um “ato de fé”, teria que adotar a “necrofilia histórica” como um dogma, ou seria posto à margem do grupo. É paradoxal, mas assim a ciência se torna algo irracional, deixa de ter nexos.

A pertença a este grupo científico nos encaminha para entender e aceitar as verdades totalitárias, compreendidas não como versões de verdade de uma época, grupo ou pessoa; é não divergir, ao apontar “a verdade única e original”. Contestar “verdades únicas e originais” é fundamental na ciência nômade, isto é, considerar que, em vez de “únicas e originais”, existe uma multiplicidade de verdades, e que são fluidas, transitórias, e podem mudar a qualquer momento ou a qualquer instante, em qualquer pessoa, grupo ou sociedade humana. Aceitar que, portanto, a verdade histórica é só uma questão de perspectiva social encerrada em um tempo histórico.

Quanto à inserção nesse tipo de opção teórica dentro do ambiente acadêmico, de novo Foucault e a fratura do momento, do acontecimento histórico. O que nós buscamos não se encontra na superfície do solo epistemológico, ele se encontra embaixo. E o que nós estamos provocando são microfaturas, mas são fraturas que estão ocorrendo. Ora, quer dizer que o modo de pensar de uma determinada época poderia ser superado.

A proposta de entender os entre-lugares da História Oral e da Educação Matemática como uma máquina de guerra nômade provocou, até agora, microfaturas em diversos pontos do fazer histórico tradicional em Educação Matemática. Por quê? Porque estamos vivendo tempos de profundas e basilares crises generalizadas, nas ciências, com

relação às “áreas epistemológicas”; às “únicas e originais verdades” e a uma quase diáspora científica. Nesta lógica, essa crise transgride, afronta e embaralha as fronteiras, os territórios, as regiões e todo um discurso geopolítico em relação ao mundo científico. Ou seja, as ciências oficiais estão em dúvida, no que toca ao lugar e ao espaço de cada qual. Não se sabe onde acaba, onde começa um dado “território”. História Oral/Educação Matemática, agindo como máquinas de guerra nômades, podem ou não aumentar essa fissura. Criar fissuras é a nossa opção. Podemos sentir a crise. Ela é epidérmica. É gestada assim: por uma confusão de fronteiras, e a ação nômade com suas máquinas de guerra disseminando rizomas no subsolo epistemológico, por baixo, criando fraturas, ruídos, terremotos, até conseguir fazer uma fissura muito grande. Nesse momento as fronteiras estarão ruindo, para que possamos, talvez, pensar numa terra sem fronteiras, sem espaço determinado, sem territórios “geopolíticos”. Talvez este seja o acontecimento esperado.

Imaginamos que o caminho seja esse. É um caminho de contestação, de rupturas, de cisões, e, por ser um caminho de contestação, está sempre sob o olhar crítico desses outros que estão suficientemente entrincheirados. Mas, na hora em que pessoas tão perturbadas, que já não conseguem mais responder suas contestações, ou ainda, tentam responder fazendo uso de falas dos outros, ou usam argumentos na tentativa de te convencer da impossibilidade daquele caminho, percebemos o outro a agir, confusamente, como agente da fé e dos dogmas. Quando isso acontece, sabemos estar causando uma boa desconstrução naquela cabeça organizada de cientista; estamos alterando nela os desejos que compõem aquela quase máquina-organismo, quase um ciborgue¹¹ desejante; estamos desorganizando,

¹¹ O “Aparelho de Captura”, ao contrário da Máquina de Guerra Nômade age por “liames mágicos”, por “pactos”. Formam a outra face da “soberania política ou dominação”. Deste modo, o “Estado dispõe de uma violência que não passa pela guerra: ele emprega policiais e carcereiros de preferência a guerreiros, não tem armas e delas não necessita, age por captura mágica imediata, ‘agarra’ e ‘liga’, impedindo qualquer combate. Ou então o Estado adquire um exército, mas que pressupõe uma integração jurídica da guerra e a organização de uma função militar.” (Deleuze; Guattari, 1997. p. 12).

desconstruindo um aparelho de captura¹², para que se transforme em uma máquina de guerra, que instiga o caos. Este é o princípio da perda na “crença” em seu “território epistemológico-científico”, e nos defrontamos com uma fratura, visualizando a queda de “verdades únicas e originais” estabelecidas por outras épocas. Dessa forma, a História Oral pode fazer valer o “percurso científico”, nômade, pode capturar as fraturas no momento em que elas ocorrem.

Na contemporaneidade, encaramos a forma de percorrer/fazer história como consequência do reconhecimento da existência de culturas e civilizações e não mais de “a Cultura” ou de “a Civilização”. Contribuições antropológicas. De alguma forma, nesse caminho, a História vai ter que se configurar como aquela que gera afrontamentos, quebra fronteiras, desterritorializa e se transforma em estudo do percurso do humano e seus processos neste planeta! Para parafrasear Nietzsche: Por que não existem livros, pesquisas, grupos de estudos sobre a História da Degradação Ambiental da Terra? Será ela coincidente com o humano e suas práticas econômicas? Ecoam respostas das *Considerações intempestivas*: porque este é um problema atual, do homem atual e, portanto, não preocupa a maioria dos historiadores; preocupar-se com as coisas de seu tempo é o desafio de olhar-se a si mesmo e ao outro e ao diferente. Em suma, olhar o passado, aprender com o presente e projetar um futuro.

Máquina de Guerra Nômade

A imagem é assim: a História Oral (ou qualquer outra ciência) — como um centauro contemporâneo — é o conjunto de possibilidades formadas por um beduíno em cima de um camelo e o deserto à sua frente, que não possui fronteiras. Do percurso conhece alguns “oásis

¹² “Ciborgue desejante” é entendido, neste texto, como a proposição de Donna Haraway, em entrevista a Hari Kunzru: “Se isto soa complicado, é porque é. O mundo de Haraway é um mundo de redes entrelaçadas — redes que são em parte humanas, em parte máquinas; complexos híbridos de carne e metal que jogam conceitos como ‘natural’ e ‘artificial’ para a lata do lixo. Essas redes híbridas são os ciborgues e eles não se limitam a estar à nossa volta — eles nos incorporam. (Kunzru, 2000, p. 27)

com água”, que ele para e bebe, e outros “oásis que têm tâmaras”, para comer; e, portanto, não teme o caminho. É, supostamente, nos moldes da cultura ocidental, o modo de pensar de “um errante”, alguém sem rotas fixas ou que possa ser rastreado por um satélite, não tem destinos fixos. Mas, pergunto: “todo mundo ‘deve’ percorrer aquela mesma velha estrada?” E, se outro beduíno conhecer outros oásis ou outras rotas, pergunto: Ele pode fazer outro caminho? E como fica o rigor?

Em primeiro lugar, esse processo nômade é visto como uma possibilidade concreta, por conta dos fracassos das metanarrativas, de uma maneira geral. Em segundo, todos já percebem que a perspectiva da ciência oficial vai passar a ser só isto: versão oficial do Império. Preferimos pensar da seguinte maneira: este fazer histórico vai acabar junto com a crença da existência da “verdade única e original”; quer dizer, nem os governantes, possivelmente, vão acreditar naqueles que eles próprios escalam para fazer História. Deleuze e Guattari advertem que antigamente havia o historiador da corte, o escritor da História Régia. Porém, assinalam que, quando as universidades foram transformadas em decalques de aparelho do Estado, tal qual o modelo capitalista formatava, criou-se um paradoxo, pois as “ciências régias” – originadas no modelo do estado soberano – determinam o desenho do “novo” modelo científico à imagem do “antigo”; isto é, não há mais historiador da corte ou oficialmente declarado pelo soberano, mas os historiadores das universidades, que fazem história, focados nos Estados, em troca de um salário. Assim, o “antigo” determina o “novo”.

Na realidade existem versões históricas. Para elaborar uma versão de um acontecimento¹³, escutamos vários discursos, e é isso que teremos: falas. Não poderemos dizer que identificamos o fenômeno, pode ser que os discursos venham impregnados de percepções visuais, de oralidades tribais e preconceitos totêmicos, pois o particular não vê o todo do acontecimento, bem como o entrevistador não ouve tudo que é

¹³ “Acontecimento”, neste texto, significa, como em Foucault, a irrupção de uma fratura no solo epistemológico. Philippe Artières comenta: “Para Foucault, o acontecimento se situa na sublevação que rompe brutalmente o curso da história”. (Artières, 2004, p. 23)

relatado. Os fatos contados serão sempre perspectivas parciais de um todo impossível de ser capturado.

A história oficial está muito presente, porque a mídia, na atualidade, faz questão absoluta de apresentar, tanto jornalística como artisticamente, a verdade, combinando voz em segundo plano e imagem, dita real; então, acreditamos duplamente na imagem e na voz. Essa é a imagem da verdade, de hoje, do império, de todos os líderes totalitários. Os sentidos são usados para nos convencer de que existe essa verdade; portanto, o que vemos é verdade ou é falso. É, em certo sentido, uma lógica primitiva. Simples manipulações efetuadas pelos discursos que nos agenciam e nos fazem assujeitados a um regime de verdades “do certo e do errado”. A verdade do rebanho, diria Nietzsche. Ao propormos olhares oblíquos e esguios, estamos tentando sair do ponto fixo, para onde se olha continuamente, para um olhar sem fronteiras.

Os textos, caminhos e rigor em História Oral e Educação Matemática, são diferentes, do ponto de vista social, político, psicológico, e muitos provocam estranhamentos entre textos e leitores. Ou, às vezes, a forma, o código do discurso do autor é tão diferente daqueles do leitor que leva o leitor a decifrar, traduzir e participar da construção de um texto novo. Este é o texto do eterno jogo do autor e do leitor em uma multiplicidade de situações, e uma delas, decerto, provocaria uma quantidade de fluxos simultâneos sobre o tempo, os significados materiais e sociais. Há quem defenda, como Foucault, que, em um texto e suas leituras, temos na realidade “jogos de verdade”, pois, de um lado, o autor quer esconder “verdades” das possíveis leituras que serão feitas; e o leitor, por sua vez, quer capturá-las. Assim, baseado nos estudos psicanalíticos, uma entrevista se constitui em cima de “relações de poder”. É necessária uma reflexão posterior à leitura para, talvez, capturarmos matizes dos códigos do entrevistado (ou do entrevistador ou do autor).

Existem leitores que têm receio ético desta última etapa, pois há uma fala e um discurso, ali presentes, tanto do texto quanto da autoridade do autor, que qualquer interferência pode macular o sentido verdadeiro, primitivo e grafado, a fogo, por certos signos autorais. Não

vemos assim; pensamos que há a perspectiva do autor, mas também a do leitor, pois este, em tese, conduz o texto e suas interpretações, suas imagens, seus significados.

Entende-se que historicamente isso se faz necessário, pois um acontecimento, uma fratura, uma fissura e uma sutura devem ser estudados a partir de diversos ângulos. Existem pesquisas que apontam para a questão do sujeito fraturado, do sujeito partido e suturado por dentro da cultura através da linguagem e as possíveis (e distintas) leituras que provavelmente terão significados distintos para o autor e o leitor. Nesta lógica, quando conseguimos capturar, na confecção do texto ou na leitura, quais são as fragmentações do sujeito moderno que são sugeridas, é a hora da reflexão. Essa é uma possibilidade analítica interessante, que gera a captura do tema historicamente. Isso significa analisar esse tema a partir desta miríade de significações, objetivando construir uma perspectiva (a mais completa possível) que os seus discursos e conversas texto/leitor refletem. Esta é a versão daquele tema e uma invenção particular.

Não é possível pensar numa “análise estritamente de fundo acadêmico” por uma questão breve. Para analisar aquele acontecimento descrito, devemos ter um método certo que nos conduza à verdade objetiva dos fatos. Nesta lógica, obviamente, existe uma “verdade única e original”, geradora do paradigma científico utilizado. Para isso, é necessário acreditar em verdades! Buscamos textos e leituras tanto no movimento sincrônico (no momento) como no diacrônico (no tempo mais longo). Esta é uma possibilidade de evitar o estriamento da “análise estritamente de fundo acadêmico”, como já dissemos anteriormente. Porém, buscamos analisar movimentos e fraturas (do ponto epistemológico) que estabelecem o vai e vem dos textos, das histórias e dos outros. A vida em seu movimento, sob óticas diversas, submetidas a diferentes entendimentos.

É construir um processo de autoria e leitura em que cada um coloca algo nessa construção, como o eremita de *Assim falou Zaratustra*. Buscamos sempre ver mais longe e alargar, próximo do infinito, nossa percepção. É pernóstico, mas retrata bem. Buscamos leituras, em todos

os espaços geográficos, em todos os territórios, e as fazemos, cada um a seu modo, como sedentos no deserto.

No futuro próximo imaginamos que as ciências vão se compreender como percursos científicos nômades, nos quais o oásis vai representar, nesta metáfora, as teorias que vamos consumir, para efetuar nossos textos, leituras e compreensões do outro. Temos esse, temos aquele..., então, a leitura que fazemos tem esse percurso, não vai ter mais uma região delimitada, e isso é típico de uma ciência nômade — quer dizer, não tem nunca um caminho certo de como fazer ou o lugar certo por onde começar. Textos e leituras são percursos, que trilhamos como andarilhos entre os territórios. Ao escrevermos e lermos, estamos fazendo isso: construindo trajetórias.

A questão do nomadismo leva-nos a pensar em áreas do conhecimento que possam nos auxiliar, como algumas já fizeram. Precisamos dos conhecimentos já produzidos e em produção, todos: já que queremos causar aquele terremoto, temos que começar a invadir todas as áreas do conhecimento e suas regiões epistemológicas, fragmentá-las, e agir, mesmo como hordas bárbaras, invadir essas regiões e apropriarmo-nos do que é interessante.

Não vemos como possível tratar o texto como uma tradução do autor e como impossível significá-lo narrativamente para o leitor, ou seja, o que há é uma sincronia significativa entre leitor e autor em suas significações. Isto não representa necessariamente dizer que haja identidade entre as significações, pois os dois pertencem ao mesmo tempo e, caso reste alguma dúvida em relação à memória, que é diacrônica, a temporalidade aqui envolvida é de ordem muito mais psicológica do que de significado.

Dispositivo de Finalização: recursividade

E a questão acerca da morte do autor? Tomamos como recurso a frase de Samuel Beckett, em *Esperando Godot*: “Que importa quem fala, disse alguém, que importa quem fala”. Originariamente, a questão pode parecer desprovida de senso, mas, por dentro da academia, o valor de

um texto é atribuído muito mais a sua autoria do que a sua qualidade. Essa frase é retomada por Foucault, no texto *O que é um autor?*, para questionar a “autoridade” do autor. Por quê? Em 1960, tinha-se muito forte essa ideia dos autores como referências da “verdade” ou dos “regimes de verdade”. Segundo esta lógica, valia muito mais ler Marcel Proust ou Goethe do que ler um desconhecido, independentemente da qualidade de seu texto. Assim, Foucault discute a seguinte questão: quando escrevemos um texto, enquanto escrevemos, poderíamos dizer que o texto é do autor, mas, quando o autor o solta no mundo, quando o publica, o texto vai ter a apropriação feita pelo leitor. Então, já não é mais o “nosso” texto, é o texto que toma sentido pelos olhos do leitor. Isso antigamente era feito pela mediação do nome do autor: logo, se é de tal autor, então vou aceitar aquilo que ele fala como uma verdade absoluta! Essa imagem, dentro da academia, parece ter sido cristalizada, à medida que você avança na conquista de “carimbos” e que realiza pesquisas e trabalhos em determinadas perspectivas epistemológicas dadas como “adequadas” a sua carreira acadêmica. Você vai ganhando também espaços cada vez maiores para dizer-se autor; e aos outros, não raras vezes, resta a condição de interpretadores e repetidores dos já-ditos daqueles que são as referências da verdade.

O que os dois, Samuel Beckett e Michel Foucault, estão criticando? Estão criticando a antiga visão e propondo uma nova posição de leitor: “não importa quem escreveu; agora, o que importa é o texto que o leitor está lendo, aquilo com o que está concordando, discordando, significando...”. Agora, como uma pessoa que for ler um texto qualquer vai se apropriar dele? Talvez funcione assim: um artigo é publicado, aqui no Brasil, como o leitor vai apropriar-se dele? Beckett nos informa, em primeiro lugar, que o que estava sendo discutido no artigo é o importante; e, em segundo lugar, que o nome de quem escreveu não importa — o que é fundamental é a apropriação teórica que o leitor faz do discurso teórico apresentado pelo autor.

Outro autor pensando: *O “autor” morre e vai para segundo plano; já o texto, o discurso teórico e a apreensão do leitor vão para primeiro plano. Assim, o que importa da leitura de um texto é o que fica na*

interpretação do leitor, menos a figura do autor e muito mais a minha leitura. A leitura, a interpretação que o leitor imprime ao texto e a figura do leitor (em vez da do autor) são as questões privilegiadas; e o que Beckett e Foucault estavam preconizando era a morte do autor (como até então considerado) a partir desta lógica: o autor não teria mais autoridade sobre o que escreveu e publicou; após isso feito, a “autoridade das possíveis interpretações” é do leitor. Assim, não estamos tratando da morte física do autor, mas de um “nascimento epistemológico do leitor” que, então, passa a ter a autoridade das interpretações. O autor coloca as ideias no mundo para que este se aproprie delas ou não, jogue fora ou não! Não pensamos em mudar leituras ou autorias de ninguém; repetimos: o que morre é a função-autor como vista até a metade do século passado. Consideramos o “sujeito moderno” fragmentado por normas, sujeições e marcas da violência na carne nua, entre outros. Assim, o leitor/autor (ou quem achar que não é) tem sua leitura/escrita marcada por uma atribuição de significados particular.

Os limites interáreas do conhecimento epistemológico não existem para o pesquisador em História Oral e Educação Matemática nem para sua interpretação da versão do depoente. Consideramos que o sujeito, hoje em dia, mais do que nunca, tem que ser apresentado como ele é, com todas as fraturas, fissuras e suturas que possua. Entendemos que é isto isso que vai garantir ao leitor daquele texto como o pesquisador “leu” a entrevista, como significa aquela verdade, aquela pessoa. Veja, este é um postulado do rigor: não ver o entrevistado como uma pessoa somente bonita, arrumada, dócil, assujeitada, ajustada, autorregulada e “normal”. Porém, apresentá-las como diversas entre si, diferentes, ou seja, pessoas fraturadas, fissuradas e suturadas em milhares de perspectivas, como na quase a totalidade de culturas e sociedades humanas. Esse movimento do pesquisador, em História Oral e Educação Matemática, ajuda a ler, entender, fiar e tecer as narrativas, os acontecimentos; propõe o refazer do texto durante a leitura. Assim, trabalhamos junções e cisões do texto, com a epistemologia do leitor.

Deleuze nos diz que o acontecimento, explicitado pela linguagem, resulta dos corpos, de suas ações, de suas paixões, embora difira, em

natureza, daquilo que resulta. Talvez possamos dizer que ler é penetrar nos espaços e nas conexões deixados pelo autor; aliás, podemos considerar o “bom autor” aquele que não pretende fazer o livro imagem do mundo e, sim, um livro rizoma — que detenha muitas entradas e conexões de diversos fluxos. Aquele autor que deixa espaços no texto para que o leitor, em sua ação de escrita/leitura, os complete, os ressignifique. Um texto que, produzindo um agenciamento com o fora, provoque as veredas que se bifurcam em labirintos; que não fixe ou deixe fixar um dentro e um fora.

Esse questionamento das formas da história produzida dentro das academias remete-nos a uma colocação de Hannah Arendt – entender que o mundo e todas as suas coisas “já existiam antes que qualquer indivíduo nele aparecesse, e sobreviverão à sua eventual partida” (2005, p. 108). Porém, parece-nos que aqueles que detêm as togas e os direitos de enunciar em nome da “verdade” se consideram imortais e o sentarem-se à cadeira de um imortal, deixa-os em imobilidade perante o hoje e o amanhã. As próprias designações da academia contêm em si algo visível e violento: livre-docência, magnífico reitor, conselheiros — como devem ser importantes aquelas pessoas que usam aquelas togas escuras estranhas... que ar nobre de superioridade!

O mapa fornecido por Arendt nos encaminha para a seguinte compreensão: imaginar-se capaz de penetrar nesses meandros produzidos pela cultura e sentir-se como um conjunto de máquinas-desejantes capazes de romper os diferentes agenciamentos, buscando continuamente as linhas de fuga possíveis. Fazer História na perspectiva da nomadologia é, portanto, compreender-se incapaz de apreender verdades únicas. É como nos diz Tatiana Salem Levy (2003, p. 94), quando analisa Deleuze; é abandonar

a metafísica, o pensador propõe uma filosofia que não supõe um plano supra-sensível, um além-mundo do qual o mundo seria apenas uma mera imagem [...] significa afirmar que todos os planos, que todas as multiplicidades estão em um único e mesmo plano [...] os distintos planos de imanência se sucedem ou

rivalizam na história. É a compreensão do devir-história em um processo interminável e inesgotável pelos sentidos de que dispomos.

Nesta lógica, o texto, construído a partir das pesquisas na História Oral, deve manter a marca de quem fala e permitir a significação do texto pelo leitor. O pesquisador deve permitir um trânsito livre do outro - leitor entre as fronteiras daquele que se deixa ler. Sendo, ao mesmo tempo, pesquisador/ouvinte/leitor de sujeitos e autor de textos lidos na voz do outro e inventados por sua ação de produtor de textos. Como um nômade capaz de circular pela história, pelo texto e no outro.

Referências Bibliográficas

ARENDDT, H. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

ARTIÈRES, P. Dizer a atualidade: o trabalho de diagnóstico em Michel Foucault. In: GROS, F. (Org.) *Foucault – a coragem da verdade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BLOCH, M. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O anti-Édipo – capitalismo e esquizofrenia*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1966.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1995-1997. Cinco volumes.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

KUNZRU, H. Você é um ciborgue: um encontro com Donna Haraway. In: SILVA, T. T. (Org.) *Antropologia do ciborgue – as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LEVY, T. S. *A experiência do fora: Blanchot, Foucault e Deleuze*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

LINS, D. (Org.). *Nietzche e Deleuze – pensamento nômade*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

NIETZSCHE, F. *Segunda consideração intempestiva – da vantagem e desvantagem da história para a vida*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

NIETZSCHE, F. *Assim falou Zaratustra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.